

Jornal Lusitano

 Página(s) 13, 14, 15 e 16

 Data 21. 3. 98

 Local de Edição Lisboa

 Classificação

Expectativas dos membros do Conselho Permanente do CCP, a cinco dias da sua primeira reunião

Esperar para ver

Natália Leite

Durante dois dias, 26 e 27 de Março, a Assembleia da República, em Lisboa, será palco da primeira reunião do Conselho Permanente do CCP.

O Lusitano conversou, com os 15 conselheiros deste órgão, no sentido de tentar saber quais as suas expectativas em relação à reunião. Cheios de ideias para dinamizar o Conselho das Comunidades, os conselheiros querem, acima de tudo, ver a estrutura a funcionar para os fins que foi criada, de forma a combater as lacunas com que a comunidade portuguesa residente no estrangeiro vive actualmente.

ÁFRICA DO SUL

Rodolfo Miranda

Divisão da verba "é grande incógnita"

Não muito optimista em relação à reunião do Conselho Permanente (CP), Rodolfo Miranda, conselheiro da África do Sul, contou ao Lusitano que pretende apresentar algumas reivindicações nesse encontro. Como questão principal, o conselheiro irá apontar a criminalidade que afecta a comunidade portuguesa naquele país, um problema que considera "bastante grave", esperando "a ajuda de Portugal na resolução da questão".

Em relação à verba de 29 mil contos, o conselheiro disse que esta é insuficiente, salientando que a sua divisão "é a grande incógnita". Rodolfo Miranda é de opinião que "primeiro se deveriam discutir as verbas para os conselhos locais trabalharem e, só depois, realizar-se esta reunião".

Desde a constituição do CCP, o representante da comunidade portuguesa na África do Sul não observou qualquer modificação positiva no seio da comunidade, julgando, no entanto, que esta situação "irá melhorar", desde que "se faça um trabalho em profundidade". Segundo as suas palavras, "é necessário que o Conselho tenha bases para se deslocar e para falar com as comunidades".



Tony Saramago

Verba foi um bónus

Tony Saramago não tem qualquer expectativas em relação à reunião do CP. O nosso entrevistado diz não perceber "como é que a maior parte dos conselhos nacionais e regionais ainda não estão em funcionamento e já se está a marcar uma reunião do CP". O Conselheiro adiantou, ainda, que quando soube "através do Lusitano" que iria haver este encontro sugeriu que "os deixassem começar a operar e 60 dias depois da distribuição da verba" se marcasse uma reunião, pois "nessa altura já haveria trabalho feito". Nesta perspectiva, Tony Saramago considera que "a única coisa

que o CP poderá apresentar em condições é um roteiro turístico".

Em relação à verba, o Conselheiro referiu que as pessoas não podem apontar isso "como desculpa para não fazerem nada", pois entende que

já se sabia que este era um órgão consultivo" e que, por isso, a verba foi apenas "um bônus".

Por último e sobre o futuro do CCP que classifica de "risonho", o conselheiro salientou que está "ao lado do secretário de Estado", porque, segundo, "o que interessa são apenas os problemas da emigração e não os partidos por quem as pessoas têm simpatia ou são filiadas".

ALEMANHA



António Jorge Oliveira

Lançada a primeira pedra

Sendo esta a primeira reunião do Conselho Permanente (CP), o conselheiro António Jorge Oliveira espera que, "ao contrário do que aconteceu com a primeira reunião do plenário, estejam reunidas as condições para que seja possível o consenso". O nosso entrevistado referiu ainda que "importa também criar estaturas sólidas para que o CP, como motor de todo o CCP, possa funcionar". Durante a conversa transmitiu também o seu desejo de se "trabalhar com transparência e profundidade", pois, segundo nos informou, "tem havido demasiada confusão no que se refere às outras reuniões das secções locais, onde ninguém sabe muito bem quem é que tem competência para fazer o quê..."

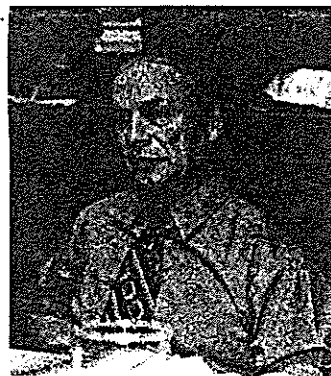
No que concerne à verba atribuída, António Jorge Oliveira disse que a sua vontade é recusa-la, pois, considera que "o orçamento não pode ser distribuído proporcionalmente pelo número de conselheiros porque esse princípio já foi considerado injusto para a maior parte das comunidades do mundo, nomeadamente nos países onde existe uma maior concentração de portugueses".

Uma das maiores preocupações do conselheiro tem sido "de fazer sentir às pessoas que há qualquer coisa de novo", adiantando que o que se tem feito na Alemanha tem resultado

do orçamento individual de cada conselheiro, "já que não tem existido nenhum apoio, nomeadamente do Estado português". No entanto, o membro do CCP referiu que "foi lançada a primeira pedra para criar um certo movimento à volta do Conselho, para alertar as pessoas a necessidade da participação, não só da política portuguesa mas também local".

Relativamente ao futuro do CCP, António Jorge Oliveira entende que "tanto pode dar alguma coisa como não dar nada", dependendo "tudo de uma vontade política".

ARGENTINA



Joaquim Campina

Futuro com muito futuro

Com expectativas positivas em relação à reunião do Conselho Permanente (CP) do CCP, o conselheiro Joaquim Campina entende que esta será a altura de "delinear as linhas de condução".

Como questão prioritária a apresentar, o conselheiro da Argentina destacou "o respeito entre os conselheiros" e a imagem que estes podem "dar ao mundo através das comissões e dos meios de comunicação". Na sua opinião, há que "baixar um pouco os níveis de acusações mútuas e tratar de resolver os problemas", pois "os trapinhos sujos devem-se lavar em casa".

Quanto à verba o nosso entrevistado referiu que "as percentagens já estão mais ou menos atribuídas, desde o plenário de Setembro último", defendendo, neste âmbito, que "o orçamento que foi dado para este ano alcança perfeitamente para arrancar com todas as expectativas".

A previsão de envio de professores de português para a Argentina é uma das principais alterações sentidas desde a constituição do CCP, lembrada por Joaquim Campina.

Por último e sobre as perspectivas futuras, o Joaquim Campina salientou que vê "o futuro com muito futuro", desde que "os conselheiros saibam tomar o caminho que se deve tomar e não se deixem levar por conselhos políticos que nada têm a ver com a política das comunidades".

Expectativas dos membros do Conselho Permanente do CCP, a cinco dias da sua primeira reunião

Esperar para ver

AUSTRÁLIA

António Sampaio

Equidistância de partidos e governo

António Sampaio, conselheiro da Austrália, revelou ao Lusitano que gostaria de *"de ver o Conselho Permanente (CP) definitivamente mais introsado entre si"*, ou seja, *"alheado de todo esta grande polémica"*. Apesar de considerar que *"a polémica é salutar"*, António Sampaio é de opinião que *"tem havido, pôr parte de algumas áreas, uma ingerência excessiva num órgão que, em princípio de deseja equidistante de partidos e do governo"*. Esta situação tem, na sua perspectiva, *"contribuído para que o órgão continue, aos olhos dos portugueses que estão fora de Portugal, manifestamente insuficiente em termos de respostas"*. Exemplificando, o conselheiro lembrou que José Lello, secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, disse que *"o Conselho é aquilo que os conselheiros quiserem"*, enquanto Caio Roque defendeu que *"é só uma coisa estritamente consultiva"* e, por outro lado, a deputada Manuela Aguiar *"tenta cavalgar com o CCP, apresentando uma eventual proposta para que um grupo da Assembleia da República fiscalize a actividade do governo no que toca às recomendações deixadas em Setembro"*.

Sobre a reunião da próxima semana, o representante referiu que *"o CP deverá perguntar, junto do Governo, em que situação se encontram as recomendações que o plenário deixou em Setembro"*, pois *"é a altura do governo prestar contas ao CCP"*.

António Sampaio disse ainda que não concorda que apenas se realize um plenário de quatro em quatro.

O nosso entrevistado referiu que *"há, por parte dos portugueses, uma expectativa enorme"*, pelo que *"teria muita pena que, por razões político-partidárias, o conselho não desse a resposta que os portugueses esperam do Governo"*.

português há muitos e muitos anos". Isto porque *"são muitos milhares de almas que penam por este mundo fora e que já estão cansadas de ouvir promessas, palavras muito bonitas por ocasiões de visitas, planos que não passam disso e palavras que exprimidas não dizem nada"*. Desde modo, António Sampaio defende que *"é altura das pessoas responsáveis do Governo, da oposição, do CCP e, naturalmente, do CP, tentarem, de uma forma total e definitiva, arranjar a melhor forma de responder a algumas insuficiências que as comunidades continuam a ter"*.

No que concerne à verba dos 29 mil contos, o conselheiro considera-a *"naturalmente insuficiente"*, apesar de acreditar que *"o Governo vai ter em conta pedidos de eventual reforço deste valor"*. No entanto, o responsável salientou que *"gostaria de saber em que o Governo se baseou para estabelecer essa verba"*, porque, na sua perspectiva, *"os conselheiros têm a noção de que tem de haver condições para cumprirem uma tarefa que é voluntária, mas que requer um mínimo de assistência logística e financeira"*.

BRASIL

António Almeida Silva

Sem verba CCP não sai do papel

António Almeida Silva espera que a primeira reunião do Conselho Permanente (CP) venha permitir que se tome conhecimento *"da situação efectiva do CCP"*, nomeadamente em relação às recomendações aprovadas em Setembro último. Numa outra vertente, o conselheiro salientou a necessidade de se *"elaborar um regulamento interno"*, que considera *"fundamental para dar operacionalidade ao CP"*. Durante a conversa com o Lusitano, António Almeida Silva falou igualmente na necessidade de se elaborar uma agenda de trabalho *"capaz de dar vida"* ao órgão de que faz parte. Isto porque, na sua perspectiva *"uma das funções primordiais do CP é definir e estabelecer a inter-ligação entre os conselheiros"*.

Sem descurar a questão do orçamento, o conselheiro lembrou

que dos 29 mil contos, apenas ficarão em pouco mais de 26 mil, pois o restante é retido para impostos. Comentando esta situação, o nosso entrevistado disse que a verba *"é flagrantemente insuficiente para que o Conselho tenha uma actividade constante, uma actividade activa"*, pelo que será um assunto a discutir durante a reunião. Na sua opinião *"sem verba o CCP não vai sair do papel, ficando uma coisa sem operacionalidade"*.

Um outro assunto que o conselheiro do Brasil pretende levar à mesa diz respeito à questão da revisão extraordinária da Constituição no que concerne à reciprocidade dos brasileiros. António Almeida Silva contou ao nosso jornal que, no Brasil, *"alguns parlamentares mais radicais, sabendo que Portugal não concedeu, na última revisão, a reciprocidade, estão a tentar tirar da Constituição brasileira aqueles direitos especiais dos quais os portugueses residentes naquele país beneficiam"*.

Na sua opinião o Conselho das Comunidades não pode apenas ser aquilo que os conselheiros quiserem, como referiu José Lello. Na sua perspectiva o que os membros do CCP querem é que o órgão *"represente a vocação das comunidades"*, necessitando, para isso, *"de condições mínimas de trabalho"*, caso contrário, não vê *"um futuro muito promissor"*.

CANADÁ



Mário Gomes

Trabalhar com o que nos dão

Mário Gomes está optimista em relação à reunião da próxima semana, pois, entende que esta *"pode vir consolidar aquilo para que, de facto, o Conselho foi criado"*.

Apesar de não ter nada de concreto definido para apresentar na reunião, o conselheiro do Canadá contou ao Lusitano que tem, no entanto, algumas ideias *"que ainda estão na forja"*.

Sobre a verba, Mário Gomes é de opinião que a sua divisão tem de ser feita *"de acordo com aquilo que já foi aprovado"*, tendo os membros do CCP *"trabalhar com aquilo que lhes dão"*.

Questionado sobre se já verificou algumas alterações positivas em prol da comunidade portuguesa residente no Canadá, desde a constituição do CCP, o conselheiro salientou a *"reforma dos consulados"*. No entanto, em termos de efeitos imediatos, o nosso entrevistado referiu que pouco se alterou, porque teve *"de se começar tudo do princípio"*, adiantando, como justificação, que *"enquanto se trabalha num aspecto não se pode estar implementar outro"*.

Sobre o futuro do órgão, o conselheiro disse apenas que *"se as comunidades e os seus representantes estiverem organizados"*, então, *"o CCP organizará o seu trabalho"*.



António Silva

Verba reflecte pensar do Governo

O conselheiro António Silva entende que *"tem-se gerado muita especulação em torno da reunião"* do Conselho Permanente. Neste sentido, o conselheiro do Canadá espera que, em primeiro lugar, *"seja dada oportunidade"* aos conselheiros para se debruçarem *"seriamente sobre as responsabilidades do Conselho Permanente"* e que *"todos os membros do CCP acatem as decisões que irão ser tomadas nesta reunião"*. Em segundo lugar, António Silva espera *"uma maior colaboração por parte das autoridades portuguesas"*, que à semelhança dos membros do CCP, *"estão encetando os primeiros passos no amadurecimento de uma relação que todos queremos mais profunda e genuína"*. Em terceiro e último lugar, António Silva disse ao Lusitano que espera a presença de maior número de órgãos de comunicação social, *"especialmente a RTP-Internacional"*, por ser, na sua opinião *"a que terá maior impacto junto às comunidades portuguesas"*.

Como a reunião terá apenas dois dias, o conselheiro considera que a mesma terá que se *"cingir sobretudo à ordem de trabalhos"*, que, entende ser *"bastante extensa"*. Sem adiantar muito mais, o conselheiro chamou à atenção para a *"actuação os membros do Canadá"* que, segundo nos disse, *"vão preparados para trabalhar a sério em prol dos seus concidadãos"*.

António Silva é de opinião que *"tem-se falado demasiado neste primeiro orçamento para o CCP"*. Na sua perspectiva *"a verba aprovada, para além de outras decisões já tomadas, reflecte bem o pensar do Governo em relação ao Conselho"*, pelo que *"não existe razão alguma para contestar a decisão que foi tomada"*. Para o conselheiro *"é chegada agora a vez deste Conselho Permanente demonstrar a sua capacidade de gerência, ilustrando, a quem de direito, e de forma profissional e inequívoca, que será preciso elucidar melhor os nossos governantes sobre as verdadeiras necessidades deste órgão"*. Sobre a divisão da verba, o nosso entrevistado referiu que *"será realizada de acordo com as recomendações aprovadas na primeira reunião plenária"*.

A seu ver o CCP *"não existe para extorquir dinheiro à Tesouraria Nacional"*, porque *"nem tudo se resolve à base do dinheiro"*. Neste contexto, o conselheiro referiu que *"há que dar maior importância à dignidade da pessoa humana e inculcar às populações portuguesas e aos seus governantes um maior sentido de respeito por aqueles que tiveram a coragem de recomeçar novas vidas em lugares remotos por amor aos seus e à pátria"*.



Alberto Costa

Sair do impasse

Depois “de tanto tempo parado”, o conselheiro Alberto Costa está optimista em relação à reunião do Conselho Permanente (CP), porque, segundo as suas palavras, “há muita ansiedade de todas as partes para pôr a funcionar o CCP”. Isto porque devido “ao impasse de não haver movimento depois de tantas soluções e sugestões apresentadas”, Alberto Costa considera que se chegou a “um impasse”, dado “nos últimos três/quatro meses não ter acontecido nada”.

Com várias sugestões que não sabe se serão aceites, o nosso entrevistado disse ao Lusitano que “começa a surgir uma certa dúvida” de que se esteja a levar a sério este projecto.

Sobre a verba dos 29 mil contos, o conselheiro referiu não saber “bem a percentagem que deve ser adequada”. Na sua perspectiva “não há nenhum critério” para que os elementos do CCP possa “exigir uma quantia mais acertada”, apesar de sublinhar o seu desapontamento em relação à quantia atribuída.

No que se relaciona com as alterações sentidas na comunidade, Alberto Costa salientou que desenvolvem-se os mesmos trabalhos e actividades desenvolvidos antes.

Por último, Alberto Costa disse que “Gostava de pensar” que o CCP “vai ter um futuro muito bom”, pois é de opinião de que “estamos agora no início de um projecto extremamente importante para as comunidades”.

FRANÇA



José Machado

Outro sentido de responsabilidade

As perspectivas do conselheiro José Machado vão no sentido de que o Conselho Permanente “consiga meter um pouco de ordem na casa em termos de organização de eleições, distribuição de orçamento, papel dos conselheiros, a dignidade do órgão”. Isto porque, na sua opinião, é necessário saber “se os conselheiros são voluntários e devem financiar o organismo ou se, não tendo salário, devem ser reembolsados

das despesas que porventura tenham”. Para o conselheiro o CCP “não pode funcionar como uma associação qualquer, mas como uma instituição do Estado”, pelo que considera que “é importante saber em que ponto é que estão as questões da implementação das recomendações que foram aprovadas e do funcionamento do Conselho em geral”. Um outro assunto que o conselheiro pretende apresentar diz respeito “à participação do CCP em tudo o que diz respeito a negociações bilaterais”. Em relação a França José Machado quer ainda colocar a questão de “estar a decorrer a comissão mista para o ensino, sem que o Conselho das Comunidades tenha sido informado ou associado a essa negociação”, o que considera “lamentável”.

Relativamente à verba atribuída ao Conselho, José Machado considera-a “claramente insuficiente”, tendo, por essa razão, de “dividir-se a miséria por todas as casas”.

No que concerne ao futuro do Conselho, José Machado salientou que “se o Estado não lhe der os meios para funcionar, as comunidades vão continuar a funcionar de uma forma autónoma com o seu movimento associativo como foi até aqui”. Assim, na sua opinião “deve haver um outro sentido de responsabilidade do poder político em relação ao Conselho das Comunidades para que ele possa ter um futuro”.



Justino Costa

Comunidade tem pressionado

Questionado sobre as expectativas da reunião do Conselho Permanente, a realizar na próxima semana, Justino Costa referiu o seu desejo de trabalhar no sentido de “fazer novas propostas, procurar saber da implementação do que foi feito no plenário de Setembro e, sobretudo, criar melhores estruturas para que o Conselho possa funcionar”. Durante a conversa com o Lusitano, o conselheiro salientou que é ainda necessário “esclarecer, do ponto de vista jurídico, certos detalhes e lacunas da lei de 98/96, no que diz respeito às primeiras convocatórias para o Conselho Regional e para as secções locais”.

O nosso entrevistado referiu que irá, durante a reunião, apresentar algumas questões, sugestões e reivindicações, sem querer, no entanto, adiantar pormenores sobre isso, pois, segundo as suas palavras, não gosta de “enviar recados pelos jornais”.

No que concerne à verba atribuída ao CCP, Justino Costa considera-a “miserabilista”, pelo que, na sua opinião, terá que se “tentar dividir o mal pelas aldeias”.

Uma das modificações positivas que o conselheiro observou após a constituição do CCP relaciona-se com “a alteração da

Expectativas dos membros do Conselho Permanente do CCP, a cinco dias da sua primeira reunião

lei dos consulados", muito embora, na sua perspectiva, "também haja aí algumas lacunas".

Relativamente ao futuro do órgão consultivo de que faz parte, o conselheiro é de opinião de que "a causa não está perdida", dado que, "embora haja muita gente decepcionada", a comunidade tem pressionado bastante para que "o Conselho continue e seja aquilo que a comunidade queria que fosse e não o que os governantes querem que seja".

SUIÇA



Manuel Melo

Rentabilizar o tempo

Com boas expectativas em relação à reunião do Conselho Permanente, o conselheiro Manuel Melo disse que os seus membros "estão perfeitamente cientes das funções que lhes competem", pelo que irão "procurar rentabilizar ao máximo o tempo porque dois dias, parecem muito tempo mas acabam por não o ser".

Na sua perspectiva, há que "fazer a distribuição orçamental, a divisão de tarefas, o acompanhamento das propostas que foram feitas no plenário do conselho, estabelecer o contacto com as estruturas do conselho e organizar e preparar as reuniões", ou seja, "dar seguimento a tudo o que diga respeito às estruturas do CCP".

Sobre a verba, o conselheiro da Suíça salientou que "será dividida conforme o que foi aprovado pelo plenário do conselho", pois apesar de "se tratar somente de uma proposta", concorda que 50 por cento seja para os conselhos regionais, 30 para o Conselho Permanente e 20 para as secções de país.

Como o CCP "está em fase de construção", Manuel Melo considera que "os conselheiros também ainda não tiveram tempo de desenvolver o seu verdadeiro trabalho", estando, neste momento, "mais preocupados com as tarefas de organização da própria estrutura". Nesse sentido o nosso entrevistado acredita que "depois desta reunião e das reuniões regionais e locais, o Conselho vai ter outra visibilidade junto das comunidades".

Com uma visão de "muita serenidade" relativamente ao futuro deste órgão consultivo, Manuel Melo disse, no entanto, sentir-se entristecido com a actuação da deputada Lurdes Lara por esta vir "alvorar um mau futuro ao conselho".

VENEZUELA

José Manuel Ribeiro

Funcionamento democrático

O conselheiro José Manuel Ribeiro acredita que a reunião da próxima semana virá permitir discutir os problemas concretos que afectam as comunidades portuguesas. Na sua perspectiva, "as guerras internas entre conselheiros que, embora sejam reflexo de eleições democráticas e perfeitamente aceites, em nada beneficiam a procura de soluções que, neste momento, devem ser encontradas dentro do Conselho Permanente com a Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas".

O conselheiro da Venezuela pretende fazer uma exposição logo na abertura da reunião do Conselho, mas nada quis adiantar sobre os assuntos que irá apresentar. No entanto, contou ao Lusitano que a sua exposição "vai andar à volta da aprendizagem e da exigência democrática que devem ter as estruturas do Conselho, independentemente que os conselheiros expressem publicamente as suas opiniões".

Sobre a verba, José Manuel Ribeiro disse que já emitiu várias declarações acerca disso, adiantando, no entanto, que os 29 mil contos deveriam ser divididos "conforme as propostas concretas que aparecerem". Isto porque, na sua opinião, "não podemos dividir uma verba entregando determinada quantidade de dinheiro a cada conselheiro ou só para fazer uma reunião", defendendo, então, que "tem de haver propostas concretas da parte dos conselheiros das secções e subsecções locais para que se possa fazer uma equitativa e verdadeira repartição da verba atribuída ao Conselho".

"Muito promissor" é a forma como o nosso entrevistado encara o futuro do CCP. Para José Manuel Ribeiro este órgão "tem de funcionar dentro do regime democrático que, pela primeira vez, foi instituído", considerando que "os conselheiros e as comunidades têm que aprender a conversar dentro dos critérios democráticos, dentro das suas próprias estruturas".

Ferdinando Esteves Soares

CCP será um êxito

Ferdinando Esteves Soares, conselheiro da Venezuela, espera que a próxima reunião venha permitir o "aprofundamento e a implementação das recomendações", de modo a "levar a cabo tudo aquilo que foi decidido no primeiro plenário de Setembro".

Pretendendo colocar na mesa da reunião alguns problemas relacionados com a Venezuela, o conselheiro sublinhou o seu desejo de que, ao nível do CCP, "as situações sejam resolvidas o mais depressa possível".

Sobre a questão da verba e sua divisão, Ferdinando Esteves

Soares nada quis adiantar ao Lusitano, pois quer, primeiro, "observar o que se vai passar".

Apesar de considerar que se está a trabalhar no sentido de colmatar as dificuldades das comunidades portuguesas residentes no estrangeiro, o nosso entrevistado disse que, na Venezuela, ainda não se sentiu nenhuma alteração positiva.

Por último, questionado sobre o futuro do órgão de que faz parte, o conselheiro salientou que o CCP "será um êxito", desde que as partes envolvidas trabalhem nesse sentido.

Eduardo Moreira, presidente do Conselho Permanente do CCP

Não polemizar a verba

Com muita esperança e encarando o futuro do Conselho das Comunidades Portuguesas de forma muito positiva, Eduardo Moreira, presidente deste órgão, espera que a primeira reunião do Conselho Permanente cumpra os objectivos definidos na legislação.

A distribuição das atribuições e dos recursos orçamentais, assim a como a instituição de uma dinâmica que leve o órgão a realizar da melhor forma os suas funções, são os objectivos que Eduardo Moreira pretende ver alcançados neste encontro.

Lusitano - Quais são as suas expectativas em relação à reunião do Conselho Permanente, a realizar na próxima semana?

Eduardo Moreira - Espero que esta reunião cumpra os objectivos que estão definidos na legislação. Pretende-se que sejam distribuídas as atribuições a cada conselheiro, que haja distribuição dos recursos orçamentais para os conselhos regionais e locais, que seja aprovado o regimento interno e instituída uma dinâmica para que o Conselho possa realizar as suas funções da melhor forma.

- Relativamente à Secretaria de Estado, o que é que espera?

- Está previsto um encontro com o secretário de Estado no dia 27, o último dia da reunião. De qualquer forma, já me adiantei enviando uma correspondência para José Lello onde solicitei uma série de providências por parte da Secretaria de Estado de forma a que a reunião seja o mais proveitosa possível. Pedí à Secretaria que nos encaminhe, com antecedência, quaisquer propostas que tenham saído do poder executivo com referência ao CCP.

- Quanto à divisão da verba, pensa que poderão surgir alguns problemas, uma vez que a exiguidade da quantia tem sido tão criticada?

- Sem dúvida. No entanto, não queremos ficar só a discutir sobre esta verba e transformá-la numa polémica que poderá, inclusivamente, criar dificuldades de funcionamento ao Conselho. Mas, é claro, que vamos ter contacto com autoridades e deputados da emigração e com todos os partidos presentes na Assembleia da República para que consigam, através das consultas, um reforço desses

recursos. Esses recursos são, de tal forma, exíguos que não irão permitir que as diversas sub-seções possam ver as suas atribuições realizadas durante o ano. Neste momento, já se verificam dificuldades porque a verba é tão exígua que praticamente não permite a realização de mais de uma reunião por ano.

- Ao nível dos deputados da emigração está também prevista uma reunião.

- Sim. No primeiro dia da nossa estada em Lisboa, está previsto um encontro com os deputados e, se possível, com membros do Governo.

- Como é que surgiu a ideia desse encontro?

- A ideia de realizar o encontro prévio à nossa reunião, partiu de mim próprio, com o objectivo de obter ajuda, apoio e subsídios para que a reunião seja mais proveitosa.

- Alguns conselheiros têm defendido a ideia que talvez fosse importante reunirem-se sozinhos, sem deputados ou elementos do Governo. Na sua opinião isso será possível?

- No primeiro dia, antes da reunião propriamente dita,

vamos ficar hospedados no mesmo hotel pelo que esses contactos serão possíveis.

No entanto, a reunião será, praticamente, só dos conselheiros, apesar de poderem estar presentes algumas outras pessoas.

- Desde a constituição do Conselho já notou alguma alteração em prol das comunidades portuguesas residentes no estrangeiro ou ainda é cedo?

- Parece-me que ainda é cedo. Têm surgido muitas manifestações, que têm gerado, desde o processo eleitoral, grandes expectativas acima das próprias atribuições do Conselho. Essas expectativas poderão dinamizar o CCP e fazer com que ele alcance uma viabilidade maior do que muitas pessoas esperam.

- Como é que vê o futuro do Conselho das Comunidades?

- Estou muito esperançoso e vejo tudo pelo aspecto positivo. Tenho esperança que os conselheiros possam entender-se e atingir os objectivos para os quais foram eleitos, principalmente melhorar as condições de vida dos emigrantes nos países de acolhimento. □